



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS**

Notícias

Folha Z

Samuel Almeida assume diretoria na CelgPar com salário de R\$ 60 mil

Jornal do Vale

Seis processos são lidos no Expediente, entre eles aditivo ao projeto da LOA 2026

Jornal Opção

Goiás recontrata 7 obras de rodovias com modelo mais rápido de construção; entenda

Lance Goiás

Goiás recontrata 7 obras de rodovias com modelo mais rápido de construção; entenda

Portal Zero ou Dez

Moradores cobram da Seinfra recapeamento urgente na Rua da Divisa, no Setor Jaó

TV Atual

Seis processos são lidos no Expediente, entre eles aditivo ao projeto da LOA 2026

Samuel Almeida assume diretoria na CelgPar com salário de R\$ 60 mil

O secretário-geral do PSD goiano, Samuel Almeida, assumiu a Diretoria Técnica e Comercial da Companhia de Celg de Participações (CELGPARG).

Atenção: Ao copiar material produzido pela Folha Z, favor citar os créditos ao site. Bom jornalismo dá trabalho!

A remuneração bruta do ex-presidente era de R\$ 60.239,08.

O pessedista entrou no lugar do presidente do União Brasil em Goiânia, Marcos Roberto Silva.

Gustavo Mendanha

O ex-prefeito de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha (PSD), também deixou a vice-presidência de relação com investidores da Companhia para assumir a Diretoria de Gestão Corporativa.

A remuneração bruta do cargo na última folha de pagamento foi de R\$ 60.444,71

Mendanha entrou no lugar de Anita Belchior.

Luiz Everaldo Leite

Para a vice-presidência, Luiz Evandro Leite, ex-assessor da Celg Transmissão já consta no Sistema da empresa.

Última remuneração de Mendanha neste posto foi de R\$ 61.211,66.

Adriano da Rocha Lima

Outra modificação foi na presidência.

A empresa está sob a gestão do secretário-geral de governo do Estado, Adriano da Rocha Lima, que entrou no lugar de Fernando Navarrete.

A remuneração bruta do ex-presidente era de R\$ 64.801,89.

Na CelgPar, Adriano estava apenas no Conselho Fiscal, com salário bruto de R\$ 5.891,08.

Todas mudanças foram promovidas após o final de setembro, data da última folha de pagamento registrada no Portal da Transparência da empresa.

Mudanças aconteceram após leilão

Todas as modificações aconteceram após suspensão do leilão de 4 ativos da CelgPar.

Na ocasião, o Estado conseguiu arrecadar R\$ 227,3 milhões após o arremate de quatro lotes pelas empresas Órion Transmissão, EDP Goiás, Neoenergia Renováveis e Hy Brazil Energia.

O valor 16% maior do que o que o montante inicialmente estimado, de R\$ 194,6 milhões.

Contudo, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) aponta que os valores deveriam ser maiores, de pelo menos R\$ 238,3 milhões.

O processo está sob sigilo no TCE.

Seis processos são lidos no Expediente, entre eles aditivo ao projeto da LOA 2026

Lido pelo deputado Antônio Gomide (PT), o Expediente da sessão plenária da tarde desta quarta-feira, 26, foi composto de seis matérias.

Três delas são de autoria do governador de Goiás. O processo nº 30063/25 trata de um aditivo ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA 2026), que tramita no Legislativo goiano sob o nº 24418/25.

O processo nº 30066/25 abre crédito especial ao Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FEDPI/GO), enquanto o de nº 30067/25 abre crédito especial para a Secretaria de Estado da Administração, para o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FEDC) e para encargos especiais.

Também foram lidos os processos nº 29498/25 e nº 29499/25, que correspondem a relatórios da Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão (Comacg), encaminhados ao Legislativo pela Secretaria de Estado da Saúde.

Por fim, foi lido o processo nº 30072/25, que contém o relatório consolidado do 3º semestre de 2025, enviado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

Goiás recontrata 7 obras de rodovias com modelo mais rápido de construção; entenda

O governo de Goiás recontratou 7 obras de rodovias em modelo mais rápido de contratação. Para falar sobre o assunto, o Jornal Opção entrevistou, nesta quarta-feira, 26, com exclusividade o presidente do Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária em Goiás (Ifag), Armando Rollemberg, que detalhou o modelo de execução das obras rodoviárias financiadas pelo Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra). O fundo é abastecido pela contribuição compulsória dos produtores rurais, conhecida como "taxa do agro", e tem sido alvo de críticas e debates sobre sua legitimidade.

Segundo Rollemberg, o grande diferencial do modelo é a presença de múltiplos controles e auditorias independentes. Além da fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e da Controladoria-Geral do Estado (CGE), as obras contam com acompanhamento da Goinfra e da Seinfra.

Um dos pontos mais enfáticos da entrevista foi a diferença de tempo entre o modelo atual e o convencional. "Uma obra dessa, no modelo convencional, levaria no mínimo 3 anos para sair do papel. Nós estamos entregando a obra pronta em até 1 ano. Estamos diminuindo em até cinco vezes o tempo de entrega dessa obra", disse.

A participação da Bureau Veritas, certificadora internacional com quase 200 anos de atuação, responsável por verificar in loco a conformidade das obras e emitir relatórios de acreditação. "São as primeiras obras no estado de Goiás certificadas pela Bureau Veritas. É algo diferente das obras do modelo convencional", afirmou.

As obras ficaram entre 10 a 11 dias paralisadas após decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, mas foram retomadas logo depois. Atualmente, por causa do período chuvoso, o foco está em bueiros e obras de arte, não apenas em terraplanagem. "Nenhuma das quatro obras está parada", garantiu Rollemberg.

O presidente explicou que sua responsabilidade é sobre sete obras contratadas pelo Ifag, das quais quatro já estão em plena execução. O cronograma das rodovias GOs 178, 180, 147, 220, 461 e 206 não sofreu alteração com a entrada da Bureau Veritas, já prevista desde o início como parte do consórcio estruturador.

Rollemberg reforçou que cada centavo é acompanhado com rigor. "Cada real do Fundefra é aplicado com rigor técnico, compliance e total transparência... a acreditação conduzida pelo Bureau Veritas adiciona uma camada independente, reduz incertezas, coíbe aditivos desnecessários e dá previsibilidade a prazos e custos", apontou.

Segundo o presidente, toda obra possui riscos naturais, mas a acreditação internacional reduz incertezas. A certificação segue padrões da ABNT NBR ISO/IEC 17020 e da Portaria Inmetro nº 367/2017, avaliando aspectos

técnicos, ambientais e de transparência. Até o momento, não houve registro de não conformidades graves.

O modelo de compliance do Ifag articula múltiplas camadas de controle, envolvendo Goinfra, Seinfra, CGE, TCE-GO e PGE. O Consórcio de Apoio à Estruturação de Projetos (Caep) reúne Bureau Veritas, Alvarez & Marsal (Infra & Capital Projects), Dynatest e o escritório Manesco, garantindo padrões elevados de qualidade e sustentabilidade.

Rollemberg anunciou o lançamento de um BIA (Business Intelligence Agro), desenvolvido pela Alvarez & Marsal, que disponibilizará informações em tempo real sobre as obras com uso de inteligência artificial. "Estamos ampliando a transparência do setor público em muitos degraus acima, com velocidade do setor privado e clareza para toda a população", afirmou.

Leia também:

Justiça Eleitoral rejeita acusação de abuso de poder e mantém mandato da prefeita de Davinópolis

Cientistas revelam: seu cérebro muda radicalmente aos 9, 32, 66 e 83 anos

Goiás recontrata 7 obras de rodovias com modelo mais rápido de construção; entenda

Foto: Divulgação/Ifag

As obras ficaram entre 10 a 11 dias paralisadas após decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, mas foram retomadas logo depois

O governo de Goiás recontratou 7 obras de rodovias em modelo mais rápido de contratação. Para falar sobre o assunto, o Jornal Opção entrevistou, nesta quarta-feira, 26, com exclusividade o presidente do Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária em Goiás (Ifag), Armando Rollemberg, que detalhou o modelo de execução das obras rodoviárias financiadas pelo Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra). O fundo é abastecido pela contribuição compulsória dos produtores rurais, conhecida como "taxa do agro", e tem sido alvo de críticas e debates sobre sua legitimidade.

O presidente do Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária em Goiás (Ifag), Armando Rollemberg | Foto: Divulgação

Segundo Rollemberg, o grande diferencial do modelo é a presença de múltiplos controles e auditorias independentes. Além da fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e da Controladoria-Geral do Estado (CGE), as obras contam com acompanhamento da Goinfra e da Seinfra.

Um dos pontos mais enfáticos da entrevista foi a diferença de tempo entre o modelo atual e o convencional. "Uma obra dessa, no modelo convencional, levaria no mínimo 3 anos para sair do papel. Nós estamos entregando a obra pronta em até 1 ano. Estamos diminuindo em até cinco vezes o tempo de entrega dessa obra", disse.

A participação da Bureau Veritas, certificadora internacional com quase 200 anos de atuação, responsável por verificar in loco a conformidade das obras e emitir relatórios de acreditação. "São as primeiras obras no estado de Goiás certificadas pela Bureau Veritas. É algo diferente das obras do modelo convencional", afirmou.

As obras ficaram entre 10 a 11 dias paralisadas após decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, mas foram retomadas logo depois. Atualmente, por causa do período chuvoso, o foco está em bueiros e obras de arte, não apenas em terraplanagem. "Nenhuma das quatro obras está parada", garantiu Rollemberg.

O presidente explicou que sua responsabilidade é sobre sete obras contratadas pelo Ifag, das quais quatro já estão em plena execução. O cronograma das rodovias GOs 178, 180, 147, 220, 461 e 206 não sofreu alteração com a entrada

da Bureau Veritas, já prevista desde o início como parte do consórcio estruturador.

Rollemborg reforçou que cada centavo é acompanhado com rigor. "Cada real do Fundeinfra é aplicado com rigor técnico, compliance e total transparência... a acreditação conduzida pelo Bureau Veritas adiciona uma camada independente, reduz incertezas, coíbe aditivos desnecessários e dá previsibilidade a prazos e custos", apontou.

Segundo o presidente, toda obra possui riscos naturais, mas a acreditação internacional reduz incertezas. A certificação segue padrões da ABNT NBR ISO/IEC 17020 e da Portaria Inmetro nº 367/2017, avaliando aspectos técnicos, ambientais e de transparência. Até o momento, não houve registro de não conformidades graves.

O modelo de compliance do Ifag articula múltiplas camadas de controle, envolvendo Goinfra, Seinfra, CGE, TCE-GO e PGE. O Consórcio de Apoio à Estruturação de Projetos (Caep) reúne Bureau Veritas, Alvarez & Marsal (Infra & Capital Projects), Dynatest e o escritório Manesco, garantindo padrões elevados de qualidade e sustentabilidade.

Rollemborg anunciou o lançamento de um BIA (Business Intelligence Agro), desenvolvido pela Alvarez & Marsal, que disponibilizará informações em tempo real sobre as obras com uso de inteligência artificial. "Estamos ampliando a transparência do setor público em muitos degraus acima, com velocidade do setor privado e clareza para toda a população", afirmou.

Moradores cobram da Seinfra recapeamento urgente na Rua da Divisa, no Setor Jaó

"Moradores da região e motoristas que trafegam diariamente pelo Setor Jaó solicitam à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (Seinfra) o recapeamento urgente de um trecho da Rua da Divisa. O pedido foca na extensão entre a rotatória do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e a Avenida Sucuri. O asfalto no local encontra-se bastante deteriorado, situação que se agrava consideravelmente durante o período chuvoso. A via é estratégica, pois faz a ligação entre o Viaduto da BR-153 (no Conjunto Caiçara) e a Rua Sucuri, no Bairro Santa Genoveva."
<https://zerooudez.com.br>

Seis processos são lidos no Expediente, entre eles aditivo ao projeto da LOA 2026

Lido pelo deputado Antônio Gomide (PT), o Expediente da sessão plenária da tarde desta quarta-feira, 26, foi composto de seis matérias.

Três delas são de autoria do governador de Goiás. O processo nº 30063/25 trata de um aditivo ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA 2026), que tramita no Legislativo goiano sob o nº 24418/25.

O processo nº 30066/25 abre crédito especial ao Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FEDPI/GO), enquanto o de nº 30067/25 abre crédito especial para a Secretaria de Estado da Administração, para o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FEDC) e para encargos especiais.

Também foram lidos os processos nº 29498/25 e nº 29499/25, que correspondem a relatórios da Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão (Comacg), encaminhados ao Legislativo pela Secretaria de Estado da Saúde.

Por fim, foi lido o processo nº 30072/25, que contém o relatório consolidado do 3º semestre de 2025, enviado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).